

ARTIGOS

ENTRE O MACHADO E O TIÇÃO AGRICULTURA TROPICAL EXTENSIVA E EXPLORAÇÃO MADEREIRA NO RIO DE JANEIRO COLONIAL TARDIO

*Diogo de Carvalho Cabral**

RESUMO: O artigo aborda o problema da imbricação entre agricultura extensiva e exploração madeireira na América portuguesa. Na capitania do Rio de Janeiro, a região da bacia do rio Macacu, localizada na porção nordeste do Recôncavo da Guanabara, apresenta-se como paradigmática de um cenário de economia rural no qual um substancial desenvolvimento da exploração madeireira privada estava associada à atividade agrícola. Uma análise aprofundada desta área, abrangendo o final do período colonial, sugere a existência de um esquema de aproveitamento produtivo da madeira não-carbonizada que se desenvolvia em estreita simbiose com as necessidades da lavoura.

PALAVRAS-CHAVE: Economia da madeira. Rio de Janeiro colonial tardio. História ambiental.

ABSTRACT: The paper approaches the problem of intertwining of lumbering with extensive agriculture. This way, one verifies the existence of areas, in Portuguese America, that. In Rio de Janeiro captaincy, the Macacu river basin, situated at northeastern corner of the Recôncavo da Guanabara, blunts as paradigmatic of a kind of rural economy scenario in which a substantial development of private lumbering activity was associated to agricultural practices. A deep analysis of this area, embracing the late-colonial period, suggests the existence of a scheme of productive profit of non-carbonized timber developing in narrow symbioses with crop demands.

KEYWORDS: Timber economy. Late-colonial Rio de Janeiro. Environmental history.

* Geógrafo (IGEO/UFRJ), mestre em História Social (PPGHIS/UFRJ) e doutorando em Geografia (PPGG/UFRJ). Agradeço os comentários e sugestões de José Augusto Pádua, Maurício Abreu, Christian Brannstrom, Shawn Miller, Antônio Carlos Jucá de Sampaio e Renata Saavedra.

De um modo geral, os sistemas produtivos madeireiros das sociedades atlânticas pré-industriais eram caracterizados por uma estreita imbricação entre extrativismo e arroteamento. A América inglesa pós-independência, notadamente as antigas colônias continentais do norte (Nova York e Nova Inglaterra), foi o primeiro lugar onde essa “simbiose” econômico-ecológica começou a se dissolver, ainda no começo do século XIX, proporcionando a emergência de empreendimentos especificamente voltados para o corte e beneficiamento da fibra lenhosa em larga escala, em moldes capitalistas¹. No Brasil, esse processo de especialização produtiva ocorreu mais tardiamente, em fins do século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, quando o processo de ocupação das porções meridionais do território — dotadas de uma cobertura vegetal mais propícia a esse tipo de atividade (as florestas subtropicais) — foi tomando corpo. Antes disso, por todo o continente americano, a população agrícola, quase sem exceção, engajava-se, de uma forma ou de outra, na atividade madeireira. Os pioneiros não podiam fugir à necessidade de abater árvores para limpar o terreno, e a madeira resultante do desmatamento era empregada para construir casas, celeiros, mobília, cercas e todos os utensílios (fixos e móveis) necessários à vida cotidiana do homem médio do campo², uma atividade que, por vezes, adquiria caráter mercantil.

A natureza dessa imbricação entre agricultura e exploração madeireira veio constituir, desde muito recentemente, tema de profícuo debate acadêmico no campo da história ambiental pan-americana. Em seu *Fruitless Trees*, Shauln William Miller lança mão

¹ WILLIAMS, Michael. *Deforesting the earth: from pre-history to global crises*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003, p. 317. Ver também, sobre a especialização produtiva na principal região madeireira dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX — os Grandes Lagos. CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York and London: W.W. Norton & Company, 1991, p. 154-69.

² ROBERTSON, Ross M. *História da economia americana*. Rio de Janeiro: Record, 1967, p. 84; CABRAL, Diogo de Carvalho. Madeireiros do Brasil colonial. *Ciência Hoje*, v.212 (36), 2005, p. 16.

de um raciocínio comparativo para argumentar que, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, o parco desenvolvimento de sistemas agro-extrativistas — causado, por sua vez, por políticas estatais monopolistas — conduziu o setor madeireiro colonial brasileiro ao atrofamento³. Em um trabalho recente, Diogo de Carvalho Cabral e Susana Cesco, através de análise empírica mais regionalizada, demonstram que esse entrave imposto pela legislação florestal precisa ser matizado num contexto de uma administração colonial extremamente ambígua e confusa e, ao mesmo tempo, das resistências impostas pelos colonos, gerando refrações importantes que se manifestavam na prática agrária cotidiana⁴. Neste sentido, verifica-se a existência de certas áreas, na América portuguesa, que apresentavam um substancial desenvolvimento da exploração madeireira privada associada à atividade agrícola.

No Rio de Janeiro, a região da bacia do rio Macacu, localizada na porção nordeste do Recôncavo da Guanabara, desponta como paradigmática destes tipo de cenário. Em outra ocasião, fazendo uso de uma lista nominativa de habitantes, realizei um estudo introdutório sobre a relação entre os produtores rurais e a indústria madeireira no Rio de Janeiro do final dos setecentos. Demonstrei, através de indicadores quantitativos (participação das classes agrárias no número de madeireiros, tanto total como interno à classe, e as produções médias), corroborados por indícios textuais — como o da troca de madeira por mantimentos nas tavernas —, que os atores responsáveis pela produção madeireira, na Santo Antônio de Sá de fins do século XVIII, eram os pequenos produtores de gêneros alimentícios (*lavradores e fabricantes de farinha*)⁵.

³ MILLER, Shawn William. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000, *passim*.

⁴ CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Árvores do rei, florestas do povo: a instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na Ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial. *Luso-Brazilian Review*, v.44 (2), 2007, p. 50-86.

⁵ CABRAL, Diogo de C. Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Ja-

O objetivo do presente artigo é aprofundar essa análise, tanto no que se refere à densificação dos procedimentos interpretativos para este caso específico, quanto no que se refere à procura de similaridades com outras áreas do Rio colonial tardio. Minha tese é de que havia um esquema de aproveitamento produtivo da madeira não-carbonizada que se desenvolvia em estreita simbiose com as necessidades da lavoura. Entre o machado e o tição, tinham lugar escolhas e procedimentos que salvaguardavam um *input* sustentado de fibra lenhosa de acordo com uma *racionalidade histórico-ambiental* específica, que não incorporava simplesmente porque não podia, o conceito de *finitude* dos recursos florestais.

Alguns indícios levaram-me a imaginar uma forte associação entre a exploração madeireira privada e o tipo modal de agricultura praticado na colônia — a *coivara*. A partir daí, tentei elaborar teoricamente os mecanismos sociais, econômicos e ecológicos que engendraram aquela associação. Ironicamente, se foram as fontes primárias o começo de tudo, elas a me instigarem, para o bem ou para o mal, a pensar no viscoso e no escorregadio plano do abstrato, são exatamente elas o que me falta no final — e tenho plena consciência disto. Embora ainda não possa lançar mão de métodos de história demográfica (análise de registros eclesiásticos e cartoriais), essenciais para a devida corroboração do modelo teórico construído, acredito que, com os dados primários de que dispus, juntamente com os *insights* retirados de etnografias contemporâneas e um balizamento adequado lastreado na mais recente literatura de história agrária, seja possível lançar as bases de uma linha de raciocínio a ser seguida em estudos posteriores.

Em busca de uma racionalidade: agricultura itinerante e extrativismo madeireiro

Deve-se começar notando que não há uma oposição necessária entre florestas e lavouras. Essas duas paisagens podem ocorrer de maneira complementar, tanto na forma de transições ecoló-

gicas quanto na forma de verdadeiras associações funcionais⁶. De acordo com Pierre George, as economias agrícolas tradicionais ou pré-industriais caracterizam-se, em geral, pela estreita associação entre o cultivo propriamente dito (a domesticação vegetal) e o que ele chama de *produções anexas* (a caça, a coleta, a extração de madeira etc.)⁷.

Caio Prado Júnior nos fala da falta de autonomia das atividades no agro-colonial brasileiro. Segundo ele, não teria havido verdadeiras *profissões* no campo⁸. Por força existia, na sociedade colonial, uma clara tendência à diversificação, muito mais do que à especialização dos indivíduos e das famílias (domicílios ou unidades produtivas) na assunção dos papéis econômicos disponíveis. Embora nos marcos de outro arcabouço teórico, esse padrão de “infixidez ocupacional” foi também notado por Sérgio Buarque de Holanda:

Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade.⁹

Claramente, este quadro de extrema plasticidade está ligado ao caráter de ecumenização sócio-ecológica que se revestiu o processo colonizador. A civilização brasileira nasceu da “adaptação de interesses coloniais a ecossistemas estranhos ao âmbito

neiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu. *Ambiente & Sociedade*, v.7 (2), 2004, p. 125-43.

⁶ DEFFONTAINES, Pierre. *L'homme et la forêt*. Paris: Gallimard, 1969, p. 32.

⁷ GEORGE, Pierre. *Geografia econômica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963, p. 147.

⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 221.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 59.

européu”; foi construída a partir do entrelaçamento de matérias-primas, mão-de-obra, sistemas de cultivo e modos de vida da Europa Ocidental, da América pré-colombiana e da África negra. Na base da combinação destes *elementos formadores*, a posição dominante dos colonizadores foi decisiva para estabelecer uma desequilibrada correlação de forças¹⁰. O tipo predominante de exploração econômica, imposto pelo colonizador branco, bem como as particularidades ecológicas regionais, determinavam, neste sentido, os liames básicos dos vários mosaicos de gêneros de vida que constituíam o espaço desta neo-Europa “híbrida” ou “mestiça”. Se é verdade, como nos lembra José Augusto Pádua, que o conflito está universalmente presente na vida social, também

[...] é importante considerar que existem sociedades onde a convivência histórica continua, em um mesmo espaço geográfico-social, é antiga a cristalizada. Isso faz com que o comportamento dos atores sociais, e dos mecanismos de interação entre eles, seja mais previsível e convencional. O conhecimento das possibilidades e limites colocados pelas regras sociais historicamente construídas está mais uniformemente socializado e introjetado ao longo dos diferentes setores da sociedade. Isso é verdade não apenas no caso das relações no interior das sociedades como também nas relações entre as sociedades e o espaço natural. Este último já foi intensamente modificado e existem poucas surpresas quanto ao seu potencial de exploração econômica ou de ocupação social.¹¹

Bastante diferente era a situação histórica do Brasil colonial, mesmo aquele do período tardio, uma sociedade ainda tipicamente de “fronteira”, onde o conflito, o choque e o movimento eram a regra.

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. I Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p. 150.

¹¹ PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.VI (suplemento), set. 2000, p. 797.

Outro traço que deve ser ressaltado é o caráter essencialmente escravista da formação sócio-econômica. O padrão de emprego livre numa economia onde metade da força de trabalho é compulsória¹² não pode, naturalmente, ser igual ao encontrado numa economia de mercado capitalista, na qual os indivíduos desempenham uma única ocupação por longos períodos e onde todas as necessidades da vida diária são adquiridas por meio da compra. Na sociedade colonial, um homem ou uma família podia — e era bastante comum que o fizesse — combinar ocupações distintas dentro de um mesmo “setor” econômico (produção, circulação ou distribuição) e até de setores distintos, em quase todos os níveis ou estratos sociais. É isto o que mostram, por exemplo, os estudos sobre os mercadores: eles podiam atuar, simultaneamente, no intercâmbio transatlântico, na redistribuição interna e, ainda, investir na produção açucareira — não somente como financiadores, mas, propriamente, como senhores de engenho¹³. Comportamento análogo verifica-se para a “pobreza rural”: além da tradicional cultura de mantimentos — que compreendia, geralmente, o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, utilizados nos gastos da casa e, eventualmente, como excedentes comercializáveis

¹² Para os três primeiros quartéis do século XVIII, supõe-se que o peso relativo dos cativos na população economicamente ativa da colônia oscilou em torno de 50 por cento. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 20.

¹³ Ver, entre outros, SMITH, David G. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Tese (Doutorado em História). Austin: University of Texas, 1975; FLORY, Rae Jean Dell. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese (Doutorado em História). Austin: University of Texas, 1978; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

—, as unidades domiciliares podiam ter diversas outras ocupações, como a tecelagem, a alfaiataria e o comércio miúdo¹⁴. A formação escravista tendia a produzir as mais variadas formas de combinação ocupacional, tipos sócio-econômicos híbridos como o mercador-fazendeiro, o artesão-lojista, o marinho-comissário, o comerciante-*rentier* e muitos outros.

O *agricultor-madeireiro* não seria, nessa perspectiva, senão uma outra manifestação desse padrão geral, modelada sob circunstâncias sociais, econômicas, ecológicas e históricas particulares. Tudo indica que não havia, na população colonial, quem se dedicasse a uma indústria madeireira comercial *full time* — muito provavelmente em decorrência do baixo grau de mercantilização da madeira, recurso cujo acesso estava aberto a todos os setores da sociedade. Cortar madeira para vender foi uma atividade quase sempre secundária, muitas vezes a “carta na manga” de indivíduos cujo gênero de vida estava ligado, em seu cerne, à agricultura. É esta a impressão que fica da leitura de exemplos como o que é reproduzido a seguir:

A população local sempre viveu ao sabor de ciclos de produção, e a agricultura — mesmo na época em que as condições de mercado eram boas para seus produtos e não se encontravam sujeitas a nenhum tipo de interdito — sofreu impactos da concorrência de outros setores. Um exemplo é o do desenvolvimento da construção naval que determinou enorme necessidade de madeiras, levando parte da população a abandonar provisoriamente a agricultura, para se dedicar ao desmatamento.¹⁵

O fortalecimento ou, pelo menos, a manutenção de um deter-

¹⁴ CASTRO, Hebe Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 112-3; SAMARA, E. op. cit., p. 154-61.

¹⁵ MOURÃO, Fernando Augusto A. *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 49.

minado nível de atividade agrícola, em oposição a uma economia de simples coleta predatória, levou a Câmara dos Vereadores de Cananéia (São Paulo), no século XVIII — numa época em que parte da população abandonara a lavoura para se dedicar ao corte de madeira destinada a abastecer os estaleiros locais —, “a decretar uma multa de três mil réis e três dias de detenção a todos os homens válidos que em suas terras não plantassem um mínimo de 300 pés de café e 300 pés de mandioca”¹⁶.

Marisléia Caruso, por sua vez, estudando as causas do desflorestamento da Ilha de Santa Catarina, em fins do século XVIII e começos do XIX, afirma que a indústria e o comércio de madeira, associados à chegada dos imigrantes açorianos, a partir de 1788, foi muito irregular e instável. Segundo a autora, as informações por ela coletadas

[...] descrevem um ritmo na exploração de madeira muito interessante. *Não há regularidade nesta atividade e tampouco nenhuma infraestrutura técnica permanente, o que parece indicar que este comércio era regulado muito mais por uma demanda externa imprevisível que por uma oferta regular de madeiras.* Até o final do século XVIII exportavam-se tábuas, inclusive para Lisboa, para em seguida, em 1816, um navio ter de esperar um ano para ser carregado.¹⁷

Este tipo de inconstância explicaria, juntamente com o fato de que os indivíduos que assumiam esta função eram, em geral, mestiços livres — o que os colocava, bem como suas atividades, numa posição subalterna — a quase completa exclusão do madeireiro e da indústria madeireira dos registros “oficiais”. Levantamentos econômico-demográficos produzidos pela administração portuguesa e que são hoje em dia muito utilizados como fonte pelos historiadores.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 55-6.

¹⁷ CARUSO, Mariléa M. Leal. *O desmatamento da Ilha de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990, p. 96, grifo meu.

As *listas nominativas* tinham um propósito muito claro de apontar as riquezas e as potencialidades de uma vila, *sempre pensando em termos de agricultura*. Esse viés de observação tende, infelizmente, a menosprezar atividades outras, que seriam, no contexto dos domicílios, secundárias ou sazonais¹⁸.

Por outro lado, o olhar dos observadores coevos, em regra, naturalizava o gênero de vida das populações livres e pobres. De fato, esses indivíduos eram vistos como “gente da terra”, fixa no interior, itens a serem catalogados como a fauna e a flora na qual se imiscuíam e da qual pouco se diferenciavam¹⁹. Eram, no máximo, *desclassificados*, uma noção que se evidencia na própria distinção entre cidadãos ativos e não-ativos (sociais e naturais, sujeitos e objetos) existente na constituição política da sociedade escravista. Jorge Caldeira captou brilhantemente esse elemento caríssimo ao sistema cognitivo das camadas dominantes coloniais. Trata-se de um modo de apreensão do mundo no qual a significação das ações sociais é pertinente somente na esfera das produções mercantis — isto é, aquelas que, pelo menos em teoria, tinham o destino honroso da liquidação monetária cuja expressão máxima é a agroexportação. A economia de troca (a produção para os outros) existia em todo o lugar, mas não o seu corolário, o mercado. *Em vez do espaço público, o mercado podia ser encontrado na esfera privada, na casa de cada um — tanto como prática imposta pela divisão do trabalho ou fato aceito pelos que aceitavam vender e comprar*. Com a compreensível exceção da agricultura de alimentos, um mal necessário para o qual as classes abastadas eram obrigadas a dispensar alguma atenção, todo esse intenso borbulhar econômico fundamental para a organização da produção para exportação — o apresamento de índios, a pecuária, a coleta vegetal — eram fenômenos “espontâneos”, pertencen-

¹⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida P. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.67, grifo meu.

¹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 125.

centes ao domínio da natureza, e não da sociedade²⁰.

Não obstante, conforme ressalva Carlos Bacellar, temos que ser cuidadosos para não comprarmos acriticamente esse quadro de exclusividade da agricultura²¹. Neste sentido, a despeito da obliteração operada pela atividade agrícola sobre a atividade madeireira e que se manifesta no enviesamento das fontes, parece-me fundamental tentar explorar, por meio de casos específicos, essa hipótese da complementaridade entre a agricultura itinerante e o extrativismo comercial propiciado pelas condições ecológicas do ambiente de Mata Atlântica. Como escreveu, em outro contexto, Maria Yedda Y. Linhares, “parece evidente que, mais do que uma questão de mentalidade, trata-se de avaliar as possibilidades concretas que se ofereciam aos lavradores de mantimentos no desbravamento dos campos, nas disponibilidades de mão-de-obra, nas técnicas a serem incorporadas”²².

Eu iria mais além e diria que se trata de ambos, ou melhor, da sua interação. Era uma questão de ajustamento, por assim dizer, de adaptação entre mentalidades e condições de produção que produzia uma certa “realidade ideal”. No cerne das relações materiais que os homens estabelecem com a natureza, opera sempre um complexo de representações que informam as ações direcionadas ao meio, bem como delineiam um espectro mais ou menos definido de expectativas sobre os resultados daquelas ações²³. Conforme apontou Enrique Leff:

A lógica da unidade econômica rural e o estilo étnico próprio de uma cultura remetem a racionalidades sociais constituídas como sistemas complexos de ideologias-valores-práticas-comportamentos-ações que são irredutíveis a uma lógica unificadora. Neste sen-

²⁰ CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 75-94, 173-202.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 68.

²² LINHARES, Maria Yedda. Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão. *Estudos Econômicos*, v.13 (no. esp.), 1983, p. 751, grifo meu.

²³ GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969, p. 328-9.

tido, a *racionalidade ambiental* não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. Estes processos especificam o campo das contradições e relações [...] entre a dinâmica dos processos ecológicos e as transformações dos sistemas socioambientais.²⁴

Um elemento central do sistema cognitivo da classe rural engendrada no ecúmeno colonial brasileiro foi uma espécie de *presentismo localista*. Aqui, a imagem analógica tantas vezes evocada do “feudalismo” brasileiro pode, talvez, encontrar seu verdadeiro fundamento: “As qualidades centradas finitas do lugar (um território intrincado de interdependência, obrigação, vigilância e controle) equivaliam a rotinas de vida cotidiana honradas pelo tempo e estabelecidas na infinidade e inapreensibilidade do ‘tempo permanente’ [...]”²⁵. Ao contrário do que sugerem alguns analistas contemporâneos, a elaboração intelectual acerca do consumo dos recursos, principalmente nos grupos mais pobres, não era do tipo “quem vier depois que se arranje”²⁶. A noção do “por-vir” era muito pouco elaborada, bem como a imaginação do espaço exterior, do espaço diferente; sabia-se que ele existia e, de certo modo, ansejava-se por ele (posto que dele provinham elementos materiais caros à existência cotidiana), mas, na falta de experienciamento concreto, a alteridade geográfica era altamente mitificada. Era fácil para um Saint-Hilaire, por exemplo, visualizar a finitude dos recursos florestais, afinal, ele percorreu praticamente todo o domínio da Mata Atlântica em suas viagens científicas. Para um agricultor pobre ou mesmo mediano que, com efeito, passava quase

²⁴ LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 134, grifo no original.

²⁵ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 219.

²⁶ Não por acaso a epígrafe geral do livro de Warren Dean *A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996 em que ele classifica como um “velho provérbio brasileiro”.

toda a sua vida num raio de cem hectares (todos eles dentro do mesmo domínio paisagístico), essa era — se me é permitido brincar com o oxímoro — uma *operação mental praticamente inviável*.

Não podemos nos permitir cair na armadilha da pressuposição — que anda, aliás, muito atuante na historiografia ambiental brasileira — da irracionalidade ecológica dos atores sociais que nos antecederam, pressuposição esta caudatária de uma visão negativista da “modernização”. De acordo com esta visão, as sociedades agrárias mestiças geradas a partir da expansão européia sobre o Novo Mundo, modeladas num contexto de subalteridade política, econômica e cultural, seriam obrigatoriamente débeis, degenerações das soberbas sociedades “autóctones” causadas pelo vírus ocidentalizante. Na etnologia camponesa, mesmo a contemporânea,

pouca ou nenhuma atenção foi dada ao saber camponês sobre os solos e as plantas, visto como sistema cognitivo, parte de um modelo mais abrangente. Ou ele é apresentado como uma prática fragmentada, ou é implicitamente negado como saber autônomo, ou é visto apenas como um saber degenerado, remanescente anacrônico de uma tradição civilizatória que se transformou: uma ‘pequena tradição’, como diria Robert Redfield. Alternativamente, em vez de um saber camponês, fala-se de uma rotina camponesa que se opõe à inovação, ou, nas palavras de Chayanov, de um ‘instinto camponês’.²⁷

Acredito que o piso de dois neurônios proposto por João Fragoso em relação aos pequenos lavradores²⁸ seja suficiente para começarmos a vislumbrar, mesmo que timidamente, a possibilidade dos agentes agrários aprenderem com o funcionamento dos ecossistemas com os quais interagem na construção do ecúmeno

²⁷ WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UnB, 1997, p. 13-4.

²⁸ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, v.5, set. 2002, p. 48.

colonial. Nesse sentido, por que não pensar na possibilidade de desenvolvimento de sistemas agrários dotados de mecanismos eficientes de aproveitamento da madeira? Explorar essa hipótese exigiria, a meu ver, colocar a *produção do espaço* em perspectiva; vejamos do que falo.

Em seu modelo de economia colonial tardia, M. Florentino e João Fragoso apóiam-se na noção amplamente difundida de *agricultura extensiva*, um sistema “cuja reiteração temporal dependeria, sobretudo, da existência de uma oferta elástica de homens, terras e alimentos”²⁹. Analiticamente, estes três fatores constitutivos tornam-se, contudo, apenas dois, quando os referidos historiadores assumem a terra como um “recurso aberto” e, conseqüentemente, arrogam-se, implicitamente, o direito de não examiná-lo. Direito que lhes cabe de pleno e que, importantíssimo dizer, não compromete em nada na desembocadura de suas conclusões gerais, muito bem suportadas por amplo leque de evidência empírica.

Todavia, no que compete ao estudo de uma meso-economia como a da madeira, há que se deter no escrutínio pormenorizado do fator terra. Esse exame deve proceder no sentido de apreender as articulações entre diferentes sistemas agrários, nomeadamente a monocultura canvieira de exportação e o “mosaico de formas de produção não-capitalista — que se utilizavam do trabalho escravo, da peonagem, do camponês, etc. —, geradoras de uma oferta de alimentos e de insumos básicos a baixos custos”³⁰. Começamos considerando as condições de reprodução da grande empresa escravista, a qual estava estreitamente atrelada à dinâmica de financiamento do capital mercantil residente.

Num cenário de precária divisão social do trabalho, a penúria da circulação monetária era inevitável, o que abria espaço para o controle do crédito pelos poucos agentes com acesso ao metal

²⁹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 54.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 55.

precioso — os comerciantes. A hegemonia mercantil representava, no espaço colonial, uma constante expropriação do produtor rural pelo comerciante, de modo que aquele só poderia manter-se sustentando uma alta taxa de extração de mais-valia, a qual se viabilizaria por meio de um processo produtivo baseado em fatores elásticos e de baixíssimo custo: alimentos e a mão-de-obra. Mas, considerando que as áreas exportadoras eram, em larga medida, caudatárias de víveres produzidos por áreas não-exportadoras³¹ e que os alimentos não eram colhidos das árvores da mata tropical, depreende-se que deveria ter lugar uma produção prévia, ou talvez devêssemos chamar de sub-produção ou produção subordinada — a produção do solo agrícola. Como condição de sua reiteração, essa produção subordinada deveria subsidiar, via redução dos custos, a produção agrícola para exportação; em outras palavras, a espoliação do grande agricultor escravista exigia outra espoliação, a do pequeno produtor de mantimentos, sobre cujos ombros quase sempre recaíam as funções de desbravamento e “domesticação” primária do ambiente selvagem³². Mesmo quando estes procedimentos eram realizados a mando direto do grande latifundiário, este quase nunca empregava seus próprios meios de produção — os escravos africanos. Além da óbvia facilidade propiciada para a fuga, os negros podiam ser feridos ou mortos por picadas de insetos ou cobras, galhos ou árvores que tombavam, fogos descontrolados ou quaisquer outros tipos de acidentes. Assim, na maioria das vezes, a empreitada era confiada a trabalhadores livres de alguma forma ligados à extensa família patriarcal (os agregados), em troca do direito de usar temporariamente as áreas desmatadas para a agricultura e/ou comercialização das madeiras retiráveis³³. Quando utilizados no extrativismo

³¹ Idem, *ibidem*, p. 149.

³² LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 119.

³³ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 33; DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997, pp. 103-4; LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 106.

— como parece ter ocorrido, por exemplo, na região de Campos, no final do século XVIII —, os escravos eram encorajados a estabelecerem laços matrimoniais dentro dos plantéis, uma estratégia adotada pelos senhores para fixar as famílias cativas e minimizar as motivações ao escape, além de reduzir os custos de alimentação e tratamento dos enfermos³⁴.

Acredito ser axiomático que nenhuma terra *in natura*, em parte alguma do mundo, ou em qualquer tempo, encontra-se pronta para o trato agrícola. Decerto que a fronteira colonial era uma “fronteira aberta” e a apropriação *de jure* do território, mesmo no período mais avançado do domínio português, não era algo difícil. Por outro lado, advertiu Arthur Soffiati,

é oportuno observar que a disponibilidade de terra, mesmo que aparentemente infinita, era apenas teórica. Na prática, havia obstáculos a seu uso livre, como os intrincados ecossistemas, animais invertebrados [...] e os índios, que não eram pacatos como fazem crer certos estudiosos da cultura.³⁵

Considerando-se que, depois das grandes dizimações da segunda metade do século XVI, a resistência indígena à penetração neo-européia — salvo algumas exceções, como os goitacazes do norte fluminense — havia esmaecido muito, restariam apenas as complicações inerentes ao meio geográfico. Esta ordem de custos era pequena? Minha posição é no sentido negativo.

Como enfatizou Karl Polanyi, “[t]erra é apenas outro nome para a natureza”³⁶, e a natureza tropical impunha muitas condições para a sua apropriação *de facto*. A esta modalidade de apro-

³⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 327.

³⁵ SOFFIATI, Arthur. Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.IV (2), 1997, p. 317.

³⁶ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 94, grifo meu.

priação, que nada mais significa do que o conjunto de procedimentos necessários à transformação de uma floresta ombrófila em um ecossistema propício à domesticação vegetal, convencionei chamar de *produção da terra agricultável*. Note-se, novamente, que não se trata da produção agrícola propriamente dita, mas de uma produção anterior e que lhe condiciona a possibilidade de existência; é, na terminologia dos antropólogos K. e E. Woortmann, o “vir-a-ser” da lavoura³⁷. “Para ter valor de mercado”, argumenta J. Caldeira, “a terra deveria ser desmatada — e seu valor era dado justamente pelo trabalho que se aplicou nela, um trabalho caro para a época”³⁸.

Esse custo elevado está diretamente relacionado à ecologia da floresta tropical. Ao contrário do que se sustentou, ao longo de várias décadas, na tradição historiográfica nacional, o desalojamento da mata, no contexto de uma sociedade pré-industrial, era uma tarefa hercúlea para a qual o fogo não constituía um remédio rápido e fácil — muito pelo contrário. Por haver árvores mais robustas (com troncos de maior diâmetro) que teimam em remanescer mesmo após a queima, era muito importante que se as derrubasse antes que se tocasse o fogo, porque os lenhos secos eram consideravelmente mais difíceis de serem cortados³⁹. Se, por um lado, as madeiras mais densas são melhores combustíveis, por terem um maior poder calorífico por unidade de volume, por outro, opõem maior resistência à iniciação do processo de combustão, devido à sua menor condutibilidade calorífica⁴⁰. Segundo Pierre Deffontaines, “[a] floresta é verde e úmida demais para queimar em pé; não há incêndio de floresta sem uma derrubada prévia”⁴¹.

³⁷ WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K., op. cit., p. 36.

³⁸ CALDEIRA, J. op. cit., p. 71, grifo meu.

³⁹ VON IHERING, Hermann. Os machados de pedra dos índios do Brasil e o seu emprego na derrubada das matas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XIII, p. 426 e segs.

⁴⁰ SARDINHA, Augusto M. et al. Combustão Lenhosa Directa e Indirecta: Sua Relevância para a Temática dos Fogos Florestais. *Silva Lusitana*, v.10 (1), 2002, p. 93.

⁴¹ DEFFONTAINES, Pierre. A floresta a serviço do homem no Brasil. *Boletim Geográfico*, v.28, 1945, p. 564, grifo meu.

As próprias modificações ecológicas estruturais impostas pelo corte seletivo à comunidade vegetal podem, como mostram estudos experimentais, aumentar o grau de combustibilidade da floresta, facilitando, assim, o trabalho do fogo no processo de expansão da fronteira agrícola⁴².

Como explicar, então, a barateza global dos fatores constitutivos da agro-exportação? Defendo, aqui, que eles nunca poderiam ser conseguidos sem a chamada (1) reprodução extensiva do sistema agrícola, a (2) mão-de-obra escrava e o (3) *aproveitamento madeireiro integrado ao processo de arroteamento*, três fatores que, no seu conjunto, contrabalançavam os enormes custos da produção da terra agricultável. Para os objetivos deste trabalho, deter-me-ei neste último.

O aproveitamento madeireiro como estratégia de compensação parcial dos custos da produção da terra agricultável.

Vejamos, primeiramente, como a dinâmica do aproveitamento madeireiro na colônia *vis-à-vis* o processo de expansão agrícola é apresentado nos dois autores que trabalharam mais diretamente com o tema: Warreu Dean e Shawn Wiliam Miller. Para o primeiro, a despeito de todo o esforço legislativo português, “o corte de madeira tornou-se uma indústria privada fortemente organizada”. Com isso, Dean parece sugerir a existência de um “setor madeireiro” individualizado na economia colonial, composto provavelmente por homens de negócios⁴³. Deduz-se, portanto, que “agricultor” e “madeireiro” constituíam papéis econômicos desempenhados por indivíduos diferentes, ainda que houvesse uma com-

⁴² HOLDSWORTH, Andrew; UHL, Christopher. Fire in Amazonian selectively logged rain forest and the potential for fire reduction. *Ecological Applications*, v.7, 1997, p. 713-725; MONTEIRO, A.L.S.; SOUZA JR., C.M.; BARRETO, P.G.; PANTOJA, F.L.S.; GERWING, J.J. Impactos da exploração madeireira e do fogo em florestas de transição da Amazônia Legal. *Scientia Forestalis*, v.65, 2004, p. 11-21.

⁴³ DEAN, W. op. cit., p. 151.

plementaridade sucessional no bojo do processo de expansão da fronteira agrícola. Embora não seja afirmado explicitamente, isto por ser constatado quando o autor faz menção a “agricultores itinerantes que vinham logo atrás dos madeireiros, plantando mandioca e arroz para alimentar a crescente população urbana e das fazendas de açúcar e algodão do Nordeste em súbita expansão”⁴⁴.

Já segundo Miller, o sucesso parcial da administração portuguesa no forcejamento da instituição das madeiras-de-lei teria redundado numa economia madeireira cuja estrutura de oferta era monopolizada pelos agentes da Coroa e pelos extratores por ela licenciados. Desta feita, agricultura itinerante e matejo privado seriam duas atividades mutuamente excludentes:

When confronted with Brazil's Atlantic Forest, the colonial settler had three economic options: slash and burn it for agriculture, log it for timber, or defer the forest's demise in the expectation of some future prospect. In colonial Brazil, the two foremost options were discharged to the limits that population, ambition, and the demand for forest products and tropical agriculture would allow. But [...] they were rarely done in conjunction. The last option, leaving the forest unscathed, generally succeeded only when the forest was beyond the reach of the colonial population.⁴⁵

Este esquema parece-me reduzir a complexidade econômico-ecológica do fenômeno madeireiro ao negar a possibilidade de engajamento dos produtores agrícolas na indústria extrativa. Supondo enfraquecida a sua base de sustentação — a tese do entrave monopolístico — como reformular o esquema de Miller das opções e estratégias do rurícola quando do encontro com o sertão florestal?

Assumamos, em primeiro lugar, que esse encontro e a transformação da paisagem desse margem a mil e uma possibilidades de organização espacial da “fazenda”. Certamente que “abrir uma

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 153.

⁴⁵ MILLER, S.W., *op. cit.*, p. 43, grifo meu.

fazenda” ou “fazer terra”, como se dizia, significava, essencialmente, desalojar a floresta, mas essa constatação não deve obliterar o fato de que o desflorestamento era geograficamente seletivo, principalmente por causa das exigências ambientais dos cultivos que se desejava implantar. A plantação do café, por exemplo, determinava o desmatamento das encostas e espigões; já certas culturas de legumes e a criação animal tendiam a eliminar as matas de áreas mais úmidas, próximas aos fundos de vale. Claro que era muito comum a combinação de cultivos, sendo as plantas domesticadas diferencialmente exigentes, o que dava margem a um desflorestamento mais homogêneo no gradiente da paisagem. De toda forma, a manutenção de uma área de mata virgem ou, pelo menos, de uma capoeira mais desenvolvida, era crítica para a sobrevivência das unidades rurais, principalmente as pequenas, fossem elas estabelecidas em terras arrendadas ou simplesmente ocupadas. As áreas de terras virgens destinadas à expansão das lavouras, bem com ao fornecimento de madeira e lenha, eram parte integrante das fazendas, sendo, por isso, muitas vezes preservadas e defendidas.

Em seu estudo sobre a economia de fronteira do oeste paulista (municípios de Araraquara e São Carlos), no final do século XIX e início do XX, Rosane Monteiro constatou a existência de uma intensa diversificação das atividades por parte dos agentes econômicos, em todos os estratos da hierarquia social. Nessas “fazendas mistas”, era comum que se reservasse áreas de mata virgem no aguardo do momento mais propício para a expansão da lavoura cafeeira. Embora saibamos que esses alqueires de verde resguardados fossem fundamentais ao cálculo econômico da empresa cafeeira em regime de reprodução extensiva, elas também significavam um investimento no setor madeireiro⁴⁶. Na medida em

⁴⁶ MONTEIRO, Rosane Carvalho M. Diversificação econômica das fazendas mistas no interior do oeste paulista: produção voltada para o mercado interno e externo, 1889-1920. *Anais Eletrônicos do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu-MG, 7 a 10 setembro de 2003.

que se vislumbrava uma oportunidade de realização rápida do valor de troca da floresta, a prudência e a frugalidade eram qualidades potencialmente emergentes no agenciamento econômico dos lavradores, principalmente em contextos em que a escassez de madeira de construção estivesse se agravando nas imediações urbanas⁴⁷.

A despeito das diferenças histórico-contextuais, não há boas razões para duvidar que o ciclo dos *sítios volantes*, conforme chamou Jacob Gorender⁴⁸, incluísse, antes da limpeza do terreno com fogo, uma fase de “apanha” das espécies fornecedoras de boas madeiras. Conforme já foi apontado mais acima, a produção da terra agricultável exigia uma primeira fase de preparação da floresta para a boa propagação do fogo. Etnografias contemporâneas mostram que, na maioria dos sistemas agrícolas tradicionais, há um processo de “desembrenhamento” prévio da mata com o auxílio de instrumentos como foices e machados. Em seu estudo sobre os camponeses sergipanos, E. e K. Woortmann detectaram duas etapas diferentes neste processo: a primeira, denominada *brocagem*, consiste na abertura primária de espaços, onde se procura, com a ajuda de foices e facões, “brocar”, “(es)buracar” a mata, retirando, principalmente, galhos menores e cipós; a segunda etapa, conhecida como *derruba*, consiste no corte e tombamento das árvores de maior porte, procedimento este feito a machado⁴⁹. Este momento do processo de trabalho da terra, explicam os autores,

não pode ser realizado a esmo, ou de forma mecânica. Ele implica o conhecimento detalhado das espécies vegetais: tipo de madeira a ser utilizada para construções ou como lenha — aquela de melhor combustibilidade é destinada à casa de farinha, pois o fabrico desta exige o controle cuidadoso do calor das fornadas; o restante é destinado ao consumo do fogão da casa. Implica também o conhe-

⁴⁷ DEAN, S.W., op. cit., p. 181.

⁴⁸ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, p. 299.

⁴⁹ WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K, op. Cit., p. 36, 48, 54.

cimento de seu valor de mercado, da maior ou menor dureza (a exigir mais ou menos tempo no corte), das propriedades medicinais, etc.⁵⁰

Todos os agrupamentos rurais, desde a pequena propriedade camponesa até o grande engenho, necessitavam da madeira como matéria-prima para a construção de ferramentas de trabalho e utensílios mecânicos em geral. Enquanto prática doméstica destinada à manutenção do produtor e sua comunidade, a indústria da madeira metabolizava árvores vivas em mourões de cerca, caixotes, cabos de enxada e machado, gamelas, cangas, mobília e muitos outros utensílios necessários à vida cotidiana do homem médio do campo. Na *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda no Rio de Janeiro* (1847), Francisco Werneck — poderoso cafeeiro de Vassouras — para instruir seu filho chegado da Europa sobre a abertura de uma grande propriedade agrícola, alerta logo para a prioridade de se fazer, o mais cedo possível, um engenho de serrar; empreendimento que reduziria bastante o custo das construções, graças à utilização da madeira resultante do desmatamento a ser feito no próprio local⁵¹.

O aproveitamento comercial das madeiras, por outro lado, era tão mais sistemático quanto melhores fossem as condições logísticas. Não há dúvida de que as dificuldades para transportar grandes toras ou mesmo beneficiá-las *in loco* encorajavam muitos fazendeiros a queimar as árvores abatidas, uma vez que a matéria lenhosa degradava-se de modo relativamente rápido graças às intempéries climáticas tropicais. Ao contrário, rurícolas estabelecidos à beira de caminhos mais transitados tinham muito mais incentivos para preservar a integridade dos troncos derrubados, cortando-os a serrote de dois cabos, na esperança de vender as peças a tropeiros que por ali passassem⁵². Armazenar os toros

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 55.

⁵¹ TELLES, Augusto C. da Silva. *O Vale do Paraíba e a arquitetura do café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006, p. 76-7.

⁵² SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*. Brasília-

derrubados — uma alternativa aventada pelo mesmo Francisco Werneck — provavelmente não constituía uma estratégia rentável, pois a luta contra a velocíssima biodegradação tropical exigiria um alto investimento em silos minimamente adequados à mitigação da umidade, a grande vilã da deterioração das madeiras. O ideal era o transporte e a serragem dos lenhos poucos dias após o desflorestamento.

De todo o modo, a taxa de espécies de árvores aproveitadas devia ser pequena, se comparada com a diversidade arbórea total de um trecho de Mata Atlântica — digamos, talvez, de 10 a 20%. “Poucas dessas madeiras”, já dizia Gilberto Freyre, “foram utilmente aproveitadas para trave de casa-grande, roda-d’água de engenho, carro de boi. Grande parte foi a coivara que simplesmente desmanchou em monturo [...]”⁵³. Mas é preciso lembrar que nem toda a Mata Atlântica, nem mesmo todo o “Nordeste” — como muitas vezes faz crer Freyre —, estavam assentados sobre o precioso massapé, e os solos precisavam ser adubados, o que significa dizer que era necessário queimar uma parte substancial de floresta. Com exceção da “terra gorda e oleosa” que sustentou quatro séculos de cultura canavieira e a própria *civilização do açúcar*, os solos do domínio dos “mares de morros” são, em geral, muito pobres em nutrientes. O vistoso complexo ecológico-vegetacional mantém-se graças a um equilíbrio sutil entre os processos morfoclimáticos, pedológicos, hidrológicos e biogênicos que, uma vez rompido, desencadeia uma notável degradação dos solos⁵⁴. As terras fluminenses, principalmente as de “serra acima”, não agüentavam mais de três ou quatro plantações, por cuja razão faziam-se indispensáveis novos arroteamentos⁵⁵.

DF: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976, p. 45; DEAN, W., op. cit., p. 198; DRUMMOND, J.A., op. cit., p. 104.

⁵³ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004, p. 80.

⁵⁴ AB’SABER, Aziz Nacib. “O domínio dos mares de morros no Brasil”. *Geomorfologia*, n. 2, 1966, s/p.

⁵⁵ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, códice 807, v.16, p. 188.

O próprio modo de produção escravista impunha uma diversificação das atividades ao nível da unidade produtiva. A natureza não-contínua do trabalho agrícola e o emprego de mão-de-obra compulsória tinham que ser equacionados de maneira a cobrir os custos de manutenção dos trabalhadores e gerar um excedente, mesmo que este não viesse na forma de *commodities* de exportação:

A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra de um escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos. Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal.⁵⁶

Embora dificilmente fossem empregados na derrubada das matas e no extrativismo associado — pelos motivos expostos mais acima — os escravos era comumente incumbidos da tarefa do beneficiamento primário dos toros, uma indústria doméstica muito bem documentada por Debret, nas primeiras décadas do século XIX⁵⁷. Parece fazer todo o sentido imaginar que um de seus conhecidos desenhos, que retrata negros serrando madeira nos arabaldes da cidade, revelasse uma prática também corriqueira nos espaços propriamente agrícolas; quando se não tinha o que plantar, colher ou moer, fazia-se o escravo pagar o seu custo serrando peças de madeira para a venda.

⁵⁶ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 49.

Em suma, pode-se afirmar que o *custo de oportunidade* do arroteamento não-aproveitador de madeira era muito alto, isto é, a produção global (o *output* agricultura mais extrativismo) acabava ficando substancialmente mais cara, primeiro porque o terreno não era preparado adequadamente — o que influía na fertilidade do solo — e, segundo, porque se desperdiçava biomassa com potencial valor-de-troca. O padrão fitogeográfico da Mata Atlântica, combinado a um acesso quase universalizado aos recursos florestais — o que pressionava os preços para baixo — tendia a fazer com que, na absoluta maioria das vezes, só valesse a pena entrar na densa floresta primária para cortar algumas poucas árvores quando já se fosse, no final das contas, derrubá-la por completo de qualquer maneira.

A exploração madeireira na Capitania do Rio de Janeiro

A perspectiva da produção do território, sugerida mais acima como crucial para a análise da indústria madeireira, assume contornos especialmente relevantes na interpretação da história desta atividade na capitania fluminense. A gestão do espaço sempre foi complicada no Rio de Janeiro e seu custo era bastante elevado, fosse para a ocupação urbana, fosse para a ocupação agrícola. “*A terra, no Rio*”, disse com muita propriedade Carlos Lessa, “*não foi apenas conquistada, mas construída*”⁵⁸.

Em todas as áreas do território fluminense próximas às fraldas e contrafortes da Serra do Mar, a densa floresta ombrófila não permitiu, na maioria das vezes, que fosse a pecuária a atividade responsável pelo desbravamento dos sertões no processo de avanço da fronteira agrária, como ocorreu, muito frequentemente, no processo de ocupação de outras áreas da América portuguesa. Este papel teve que ser desempenhado pelo que convencionamos

⁵⁷ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, tomo I*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978, prancha 18, “Negros serradores de tábuas”.

⁵⁸ LESSA, C. op. cit., p. 27, grifo meu.

denominar “sítios agro-madeireiros”, isto é, pequenos produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento primário da madeira tropical como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento. Neste cenário, a indústria madeireira comercial constituía, então — assim como várias outras modalidades de extrativismo vegetal (palmito, pinhão, erva-mate etc.) praticadas por comunidades tradicionais pretéritas e atuais —, um fenômeno tipicamente conjuntural, surgindo como “resposta” econômica espasmódica de pequenas unidades agrícolas localizadas nas franjas de floresta primária a uma alta demanda por madeira de construção e combustível.

Por toda a região do Recôncavo da Guanabara, no passado, habitava uma população rural pobre que vivia de agricultura de subsistência. Estruturava-se em volta e, parcialmente, em função das *plantations* e do mercado urbano, dedicando-se a viver do que plantavam e, esporadicamente, vender o excedente nos povoados, vilas ou fazendas próximas. Em geral, esses atores agrários, no intuito de se resguardarem contra as adversidades de um cenário econômico em constante oscilação, principalmente quando se pensa em situações de fronteira aberta, buscavam uma multiplicidade de fontes de renda geralmente não-monetária. O produto da roça podia ser complementado, em níveis diversos, pela pesca, pelo extrativismo vegetal, pelo pastoreio, enfim, atividades sazonais acessórias que podiam, eventualmente, passar ao primeiro plano na estratégia econômica camponesa. Viver o que hoje chamamos de “campo”, especialmente para os pobres livres, era viver a mata em sua inteireza — e todas as suas possibilidades econômicas.

Mas, se a exploração de madeira era um trunfo freqüentemente utilizado, a lavoura dificilmente poderia ser deixada completamente de lado. Sobressai, por conseguinte, a questão da relação que as produções agrícola e extrativista travavam no interior da dinâmica econômica das unidades domiciliares. O problema aqui não é, vale lembrar, o do contato e da difusão de uma cultura “ocidental” transformando um padrão “tradicional” de uso dos recursos florestais. Este processo é estudado *in situ* por muitos antropólo-

gos econômicos nos espaços de fronteira étnica⁵⁹. A sociedade colonial setecentista já não era mais o resultado — como se poderia dizer em relação ao primeiro século de colonização — de “relações exteriores” entre sociedades e culturas diferentes, entre o europeu moderno e o indígena tribal. A imbricação biológica e cultural já se encontrava num estágio bem avançado, implicando, no plano econômico, o engendramento de concepções e motivações que se afastavam, cada vez mais, do padrão tradicional. A questão que se coloca, portanto, é o modo como o *status* (num eixo qualitativo — auto-consumo ou mercado) e o “peso” (num eixo quantitativo) das duas atividades mudavam relativamente na estratégia reprodutiva das famílias. A expressão ou não do excedente social na forma de peças de madeira representava uma escolha dentre uma série de possibilidades de geração de renda encontradas numa determinada estrutura macroeconômica. Como oportunamente ressaltou Piers Blaikie:

At the level of the household, land-use decisions are often only a sub-sector in a range of income opportunities, and this range has to be fully specified to include the most common forms of income generation since land-use decisions are affected by these other forms. Thus non-agricultural activities should be considered alongside those which directly use land [...].⁶⁰

⁵⁹ Para alguns trabalhos desse naipe, ver MACDONALD, T. Indigenous response to na expanding frontier: Jungle Quichua economic conversion to cattle ranching. In: WHITTEN, N. (Ed.). *Cultural transformations and ethnicity in modern Ecuador*. Urbana: University of Illinois Press, 1981, p. 357-383; BEHRENS, C. Labor specialization and the formation of markets for food in a Shipibo subsistence economy. *Human Ecology*, v.20, 1992, p.435-62; GODOY, R.; BROKAW, N.; WILKIE, D. The effect of income on the extraction of non-timber tropical Forest products: model, hypothesis, and preliminary findings from the Sumu indians of Nicarágua. *Human Ecology*, v.23, 1995, pp. 29-52; SIERRA, R.; RODRIGUEZ, F.; LOSOS, E. Forest resource use change during early market integration in tropical rain forests: the Huaorani of upper Amazônia. *Ecological Economics*, v.30, 1999, p. 107-19.

⁶⁰ BLAIKIE, Piers. *The political economy of soil erosion in developing countries*. London: Longman Group, 1985, p. 83.

Assumindo-se que a atividade central, isto é, as “formas mais comuns de geração de renda”, do ponto de vista da reprodução social, era a agricultura, a exploração da madeira devia aparecer, em tempos de alta valorização desta mercadoria, como uma atividade acessória bastante conveniente. O que modelou esta dinâmica de escolhas produtivas foi o entrelaçamento de fatores ecológico-geográficos objetivos e o desenvolvimento de alguns padrões transacionais entre o “madeireiro” (representado aqui pelo chefe da família ou unidade produtivo-domiciliar)⁶¹ e o ambiente florestal e também entre aquele e os demais atores que atuavam no mesmo cenário. Quanto aos primeiros, o mais importante devia ser a condição fundiária do *fogo* (se em terras próprias ou de senhores) e sua distância em relação à mata. No que concerne aos últimos, pode-se falar em relações de prestação e contra-prestação do tipo que ocorre quando o ator investe numa produção extrativista e é ou não recompensado com ganhos monetários, assim como relações com o senhor das terras, no caso dos agregados, relações com as autoridades coloniais, no caso de requisitar licença oficial para o corte etc. Este sistema de variáveis devia produzir um espectro de formas cujos extremos eram representados, num pólo, pelo pequeno lavrador sitiante/posseiro ou arrendatário que

⁶¹ Cabe aqui abrir um pequeno parêntese para falar um pouco sobre as designações usadas na época para o tratamento do papel econômico aqui estudado. Embora venha-se usando — e vá continuar a usar —, ao longo deste artigo, o termo *madeireiro* para significar o indivíduo ou a “empresa” praticante do extrativismo, é importante notar que, até onde pude verificar — seja na literatura, seja na documentação primária — o dito vocábulo não era empregado com essa conotação; *madeireiro* era, isso sim, o negociante de madeiras. Uma das típicas aglomerações de profissionais da mesma corporação ao longo de uma rua — conhecida característica das cidades pré-industriais, tais como o Rio de Janeiro colonial tardio — era a travessa dos *madeireiros*. O termo utilizado para a designação dos agentes produtivos era, na grande maioria das vezes, *fabricante de madeiras*. Muitas vezes o *madeireiro* isto é, o comerciante também atuava no beneficiamento, empregando escravos para a serragem de tábuas e outras peças nos seus barracões situados nas vizinhanças da cidade, como bem mostra a já citada pintura de Debret; mas não há indícios de que eles se envolvessem diretamente com a atividade extrativista.

praticava o extrativismo para suprir necessidades monetárias e, noutro pólo, pelo extrator semi-especializado que praticava sua indústria em pé de igualdade com a agricultura.

A situação modal devia situar-se mais próxima do primeiro caso do que do segundo. Como entre proprietários e agregados não se formalizava nenhum tipo de contrato escrito e legalizado, mas apenas uma convenção verbal que o proprietário podia romper ao seu arbítrio a qualquer momento, os que se estabeleciam em terreno alheio via de regra consideravam mais seguro fazer investimentos de curto prazo como lavouras, cuja colheita pudesse ser feita em poucos meses — como o milho e o feijão — e, é claro, o extrativismo madeireiro. Guardadas as devidas diferenciações histórico-contextuais, o processo descrito por E. e K. Woortmann parece bastante plausível de ocorrência no contexto aqui estudado: a produção da terra agricultável muitas vezes era impedida de se completar por circunstâncias como a distância cada vez maior entre a residência ao local do arrendamento/concessão ou o atraso das chuvas, obrigando o sitiante a limitar-se à apropriação de madeira e lenha. Contudo, isso podia representar também uma estratégia para os sitiantes que possuíam casa de farinha, quando a madeira, de difícil obtenção, tornava-se mais valorizada que a produção agrícola. Essa estratégia envolve o cálculo do que representaria o desgaste físico das etapas subseqüentes, assim como as chances de êxito na colheita e o custo do plantio do capim, pagamento da dívida contraída com o proprietário das terras. Nesse contexto, vale mais a pena abortar a lavoura e ficar com os benefícios advindos do extrativismo⁶².

Excetuando-se uma pequena área na região montanhosa de Itatiaia — cujo clima frio e seco determina a existência de campos de gramínea e cerrados — e das formações pioneiras de influência flúvio-marinha associadas ao grande delta do Paraíba do Sul, todo o território fluminense tinha como vegetação matriz formações florestais ombrófilas e estacionais semi-decíduais, o que os

⁶² WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K, op. cit. pp. 64-5.

ecólogos costumam chamar Mata Atlântica *lato sensu*. Cidade virtualmente cercada de florestas, o Rio de Janeiro tinha, portanto, todas as condições ecológicas para o desenvolvimento de uma densa rede de canais de comércio de madeira ligando o *core* urbano às zonas rurais circunvizinhas. Sabe-se que a exploração comercial da madeira era uma atividade econômica muito difundida nos espaços rurais de fronteira florestal, principalmente ao longo dos vales dos grandes rios, como o Macacu, o São João, o Macaé e o Muriaé, embora não estivesse ausente das franjas rurais-urbanas e mesmo do próprio núcleo da cidade⁶³.

Preocupada em descrever, a título de introdução, o processo de ocupação de sua área de estudo — a freguesia Capivary, distrito de Cabo Frio — no período imediatamente anterior ao que era o seu objeto de análise (primeira metade do século XIX), H. de Castro foi levada a observar que “a mata tropical começava a ser ameaçada e a instalação das novas fazendas se combinava com o comércio de madeira-de-lei como atividade dos novos cafeicultores”. O extrativismo madeireiro “*constituiu-se desde os primórdios do povoamento local em próspera atividade econômica, sendo, inclusive [e]xportada para a corte em grande quantidade*”. O descompromisso da autora para com o tema madeireiro, contudo, não a impediu de fazer uma importantíssima e, até onde sei — pelo menos no que se refere ao plano empírico do Rio de Janeiro —, original observação, qual seja, a de que a indústria madeireira de livre-iniciativa não era uma atividade composta por unidades produtivas autônomas, nem social nem geograficamente; do ponto de vista da organização sócio-econômica, ela se inseria dentro dos sistemas agrícolas, geralmente como atividade secundária. A autora ratifica esta associação mais adiante, quando, no âmbito de sua análise dos dados contidos no *Almanak Laemmert*, conclui que

⁶³ Os monges beneditinos e os padres jesuítas protestavam constantemente junto à Câmara contra o corte de seus manguezais para a extração de lenha e tanino. Cf. LESSA, *O Rio de todos os Brasis*, p. 87; MILLER, Shawn W. Stilt-root subsistence: Colonial mangroves and Brazil's landless poor. *Hispanic American Historical Review*, v.83 (2), 2003, p. 223-4.

[o] recrudescimento da exploração da madeira-de-lei acompanhava em grande parte o caminho da ocupação agrícola comercial para o alto curso do Rio São João. Todos os negociantes de madeira listados no Laemmert o foram também como lavradores ou fazendeiros”.⁶⁴

No decorrer do século XVIII, principalmente na sua segunda metade, o vigoroso avanço da cana-de-açúcar pela Baixada dos Goitacazes trouxe a reboque uma intensa exploração madeireira. A freguesia de Nossa Senhora das Neves, localizada no atual município de Macaé, foi criada como resultado dessa expansão da fronteira econômica, no último quartel da centúria. Segundo Pizarro e Araújo, em 1812, seus habitantes ainda dedicavam-se de modo intenso à indústria madeireira⁶⁵. Em 1819, José Carneiro da Silva, em sua *Memoria Topographica e Histórica sobre os Campos dos Goitacazes*, registra:

A madeira he hum dos bons effeitos do Paiz, e serra-se em abundancia de muitas qualidades; pois as ha de todas, quantas há no Brasil. Nos sertões de Macahé he onde há a maior força das serrarias, e só em o ano de mil oitocentos e quinze exportarão-se desta povoação mil cento e cincoenta dúzias.⁶⁶

Mesmo as fronteiras abertas pela criação animal podiam vir acompanhadas da atividade extrativista madeireira. Foi o que ocorreu no processo de povoamento de São Fidelis — freguesia situada de modo quase que diametralmente oposto à acima referida N. S. das Neves, tomando como referência o Rio Paraíba do Sul: pecuaristas expulsos pela expansão da economia canavieira nas

⁶⁴ CASTRO, H., op. cit., pp. 8, 35, 73, grifos meus.

⁶⁵ Citado por FARIA, S., op. cit., p. 327.

⁶⁶ *Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goitacazes, com uma notícia breve de suas producções e commercio offerecida ao muito alto e muito poderoso Rei e Senhor D. João 6º, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice 807, v.16, p. 169.*

planícies aluvionares-estuarinas migraram rio acima e se fixaram no que viria a ser a sede da futura freguesia e vila. Os pioneiros, contudo, não se dedicaram exclusivamente à pecuária; aproveitaram as abundantes matas daqueles sertões para madeirar, desenvolvendo também uma forte indústria de caixas para atender a demanda crescente da próspera zona açucareira campista. Essas atividades madeireiras iriam predominar, juntamente com o trato dos rebanhos bovinos, até meados do século XIX, momento a partir do qual a agricultura (de cana e café) assume a liderança em termos de importância econômica local⁶⁷.

Até mesmo os escravos às vezes engajavam-se nesse tipo de atividade, utilizando suas horas de folga, obviamente produzindo peças menos requintadas, como ripas. Quem nos informa é Debret:

São os negros empregados na roça que as fabricam [as ripas] por conta própria, nos dias disponíveis. Vão vendê-las em seguida nas feitorias situadas em diversos rios do interior. Cada feixe se compõe de 12 a 15 ripas e o preço varia de acordo com comprimento. Chegam em embarcações, pelos rios afluentes da baía, e se encontram nos depósitos dos negociantes de madeiras de construção.⁶⁸

Quando forros ou trabalhando no sistema “de ganho”, na cidade, esses negros eram remunerados à razão de duas patacas (640 réis) por dia⁶⁹.

Parece ser razoável pensar que, à medida que se avançava século XIX adentro, taxas cada vez maiores de desflorestamento conduzissem a uma elevação dos preços das madeiras, estimulando o engajamento na atividade extrativa em detrimento do cultivo — que poderia, então, chegar ao nível da mera subsistência.

⁶⁷ LEITE, Sidney Ferreira. *São Fidelis – A ideologia de uma sociedade escravista em decadência (1883-1885)*. Monografia (Graduação em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1989, p. 4-7.

⁶⁸ DEBRET, J-B., op. cit., p. 336.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 237.

Bastante indiciário seria, nesse sentido, o relato de Debret acima reproduzido; escravos utilizando seus raros momentos de folga para cortar madeira, ao invés de plantar alimentos, é algo que mostra o grau de valorização da mercadoria lenhosa. No final da década de 1810, ao visitar o vale do rio São João, Saint-Hilaire relatou observações que também poderiam apontar nessa direção:

Grandes florestas virgens margeiam o rio que tem cerca de 18 léguas de curso; os proprietários ribeirinhos derrubam e serram as árvores melhores e vendem as tábuas a negociantes de S. João, que as expedem para o Rio de Janeiro. [...] *Como os colonos empregam ordinariamente seus escravos no trabalho da derrubada, não cultivam senão o necessário ao consumo de suas famílias.*⁷⁰

De fato, há indícios que permitem pensar que, eventualmente, o extrativismo madeireiro pudesse ascender ao primeiro plano da estratégia econômica camponesa. Passando em revista às freguesias do Distrito de Cabo Frio, Manuel Aires de Casal relatou, em 1817, que os habitantes de Macaé “recolhem milho, arroz, feijão, farinha, algum açúcar; *tiram madeira, sua principal riqueza*”. Na freguesia de São João, o panorama era o mesmo: “*Afora a madeira, por hora a riqueza principal de seus habitantes, exporta-se variedade de comestíveis*”⁷¹. Neste sentido, Carlos Augusto Taunay, em seu *Manual do agricultor brasileiro*, faz uma sugestiva distinção. Ao ressaltar que “[m]uitos fazendeiros se ocupam em tirar madeiras, ou ocasionalmente para suas construções, ou por especulação lucrosa”⁷², o autor pode estar indicando a existência de duas modalidades diferentes de exploração madeireira: uma para auto-consumo e outra para a venda.

⁷⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974, p. 179.

⁷¹ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. São Paulo: Edições Cultura, 1943, p. 32, grifos meus.

⁷² TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Organização de R. B. Marquese. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 254, grifo meu.

Há também indicações de que estes produtores tenham utilizado, além de uma pequena escravaria, a mão-de-obra nativa, em regimes variados de trabalho assalariado. Em seu estudo sobre a história ambiental da região norte-noroeste fluminense, Arthur Soffiati escreve uma das passagens mais elucidativas que temos sobre as relações de produção em que se engajavam os atores indígenas na indústria madeireira colonial. Valendo-se das observações de Azeredo Coutinho, o autor conseguiu identificar os índios como uma forma essencial de mão-de-obra, pois além de “alugarem-se” para cortar madeira — “*ofício que exercem com muita destreza*” — eles também eram *excelentes falquejadores e serradores*⁷³.

O caso da bacia do Macacu

A maior das “bacias madeireiras” da capitania do Rio — tanto em extensão territorial como em volume de produção — da capitania do Rio foi a do Macacu, rio que drena toda a porção nordeste do Recôncavo da Guanabara. Ao longo desta extensa e pantanosa planície que, pouco a pouco, à medida que se sobe o rio, dá lugar a morros e pequenas cadeias montanhosas que prenunciam a escarpa da Serra dos Órgãos, o corte das madeiras era uma das atividades mais importantes da economia rural, igualando-se mesmo às tradicionais lavouras de cana-de-açúcar e mandioca. Como ressalta José Matoso M. Forte, *o comércio de madeiras representava uma apreciável riqueza, pela excelência das espécies existentes nas matas do município, aplicadas em variadas obras civis e hidráulicas*⁷⁴. A história da produção madeireira nesta área parece ser antiga, remetendo mesmo às primeiras penetrações “oficiais” à montante do Rio Macacu, por ordem de Martim Afonso de Souza. O próprio nome do rio estaria associado, segun-

⁷³ SOFFIATI, Arthur. *O nativo e o exótico: perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste fluminense entre os séculos XVII e XX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996, p. 160, grifos meus.

⁷⁴ FORTE, José Matoso M. Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, t.XLIV, 1934, pp. 53-4.

do João Barbosa Pinheiro, à ocorrência de uma árvore homônima muito prestimosa — hoje supostamente extinta — que *teve larga aplicação na construção de embarcações costeiras, pontes e casas durante o período colonial*.⁷⁵

A escolha desta área como objeto de estudo se dá, em primeiro lugar, por eu acreditar na representatividade deste caso no contexto fluminense e, em segundo lugar, pelo fato da Vila de Santo Antônio de Sá⁷⁶ — unidade político-administrativa que englobava, à época, a Bacia do Rio Macacu — apresentar uma excepcional disponibilidade de documentação. Além de ser um dos pouquíssimos distritos fluminenses que contam com uma *lista nominativa* (a *Relação dos Engenhos, das Fabricas, das Olarias, das Fazendas, dos Possuidores, Familias, Escravos, Gados, Madeiras, e do Rendim.^{to} Annual pertencente a cada hum dos Moradores do Destricto da Villa de S.^{to} An.^{to} de Sá*)⁷⁷, acresce-se a isso o fato desta lista, ao contrário de suas congêneres, possuir registrada a produção madeireira.

As *listas nominativas de habitantes*, documentos também conhecidos nos círculos historiográficos pelo nome de *maços de população*, são levantamentos censitários elaborados desde meados do século XVIII, alcançando as primeiras décadas do período imperial. Inicialmente, essas contagens consideravam unicamente a população livre, mas, a partir de 1770, passou-se a abarcar todos os habitantes, com exceção, evidentemente, dos indígenas, já que a maioria escapava ao controle das autoridades responsáveis⁷⁸.

⁷⁵ PINHEIRO, João Barbosa. *Pequena corografia especial do Município de Cachoeiras de Macacu*. Cachoeiras de Macacu/RJ: Gráfica Beira-Rio, 1982, s/p.

⁷⁶ Em 1796, o termo da referida vila compreendia as freguesias de Santo Antônio de Sá, Santíssima Trindade, São João de Itaboraí, Nossa Senhora do Desterro de Itambi e Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito.

⁷⁷ Anexo à Descrição do que contém o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú, a qual foi mandada tirar pelo Ilmo e Exmo Sor Conde Vice Rey, em 7 de abril de 1797. *Arquivo Histórico Ultramarino* (Lisboa), Avulsos, Caixa 165, n. 62. Documento gentilmente cedido por Maurício Abreu.

⁷⁸ NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas, SP: ABEP, 2004, p. 62; BACELLAR, C. op. cit., p. 28 e 66.

É necessário anotar que a Coroa portuguesa sempre se preocupou com a avaliação da produção de suas gentes nas colônias, volta e meia anexando informações econômicas nessas estatísticas populacionais. Sem embargo, é somente a partir de um decreto régio de 1797 que se observa um substantivo deslocamento nos objetivos das listas nominativas. Articuladas a uma nova política de estímulo ao crescimento populacional e à ocupação do território, elas afastam-se cada vez mais de seu caráter original, de cunho estritamente militar, para assumir um caráter mais econômico. As listas passam a incluir, então, quase que sistematicamente, a profissão do chefe do domicílio e a produção anual do fogo, incluindo muitas vezes a relação nominal dos agregados, escravos, administrados e forros, além de outros dados, quando coubessem e, com efeito, quando bem parecesse aos funcionários incumbidos de tais tarefas, acentuando o caráter fortemente aleatório da documentação⁷⁹.

Conforme argumentei na conclusão de artigo citado mais acima, a raridade/excepcionalidade do tipo de fonte que foi usada na pesquisa pode tornar-se um sério obstáculo para uma maior exploração dessa hipótese⁸⁰. Como se sabe, a disponibilidade de listas nominativas, principalmente para o período colonial, é muito restrita. O Arquivo do Estado de São Paulo é o detentor da única coleção completa que abrange todas as vilas da antiga capitania. Para o restante do Brasil, conhecem-se algumas listas isoladas, notadamente para Minas Gerais, mas não há notícias de séries longas preservadas⁸¹. Embora CORUNO dos Santos já tivesse utilizado esse tipo de documentação desde o começo da década de 1990⁸², os historiadores demógrafos davam como perdidos os maços de população respeitantes ao Rio de Janeiro. Felizmente, alguns deles foram achados por M. Abreu na seção de avulsos do

⁷⁹ NADALIN, S., op. cit., p. 62, 66-7; BACELLAR, C., op. cit., p. 28.

⁸⁰ CABRAL, D., Produtores rurais e indústria madeireira..., p. 139.

⁸¹ BACELLAR, C., op. cit., p. 28.

⁸² SANTOS, Corcino M. dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Foram trazidas ao Brasil, por esse geógrafo, cópias de seis maços, os quais dizem respeito aos distritos de Guaratiba e Santo Antônio de Sá (a já mencionada *Relação dos Engenhos, das Fabricas,...*); os de Guaratiba estão divididos em suas cinco freguesias (Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba, Marapicu e Jacutinga), enquanto o maço de Santo Antônio de Sá não discrimina as freguesias.

Destas listas, apenas a de Santo Antônio de Sá registra a produção madeireira. A boa metodologia historiográfica nos manda, com toda a razão, perguntar o porquê dessa excepcionalidade. Como foi dito mais atrás, esse tipo de documentação tende a identificar todos os domicílios como dedicados à lavoura, ocultando atividades intermitentes/secundárias e/ou exercidas por indivíduos outros que não o chefe da família, como filhos adultos, agregados e até mesmo escravos. Sempre existe a possibilidade das diferenças encontradas na documentação serem fruto da mudança fortuita nos critérios de inclusão de dados, mudanças essas efetuadas simplesmente porque o produtor do documento achou por bem proceder daquela forma. Por outro lado, podemos aventar a hipótese de que a produção madeireira foi incluída na lista porque se tratava de uma fonte de renda local muito importante, tanto quanto a agricultura, embora apenas em termos de fluxo econômico agregado; pois, com efeito, somente 9,3% dos domicílios arrolados na lista eram produtores de madeira.

O fato de mais de 90% dos domicílios não se engajarem na exploração madeireira é, provavelmente, explicado pela distribuição espacial dos assentamentos. A atividade devia se concentrar fortemente na fronteira florestal do povoamento, “reaberta” havia pouco mais de uma década. A exploração da madeira aparecia como uma atividade acessória bastante conveniente apenas para

⁸³ Hebe de Castro constatou, para o caso de Capivary da segunda metade do oitocentos, que 53,1% dos estabelecimentos agrícolas mais pobres por ela analisados não se encontravam aparelhados para a simples produção da chamada farinha seca ou farinha do comércio que, fina ou grossa, era largamente transacionada nos mercados locais e regionais. Cf. CASTRO, H., op. cit., p. 85.

aqueles rurícolas que estivessem assentados em localização privilegiada em relação aos remanescentes de mata primária, requisito sem o qual se inviabilizava o desenvolvimento da atividade, tendo em vista os custos elevados do processo produtivo.

O tratamento do material empírico consistiu, em primeiro lugar, no destacamento dos produtores de madeira da lista nominativa e construção de uma tabela à parte com dados referentes às 100 unidades domiciliares pertinentes. Ordenou-se, então, os dados desta tabela de acordo com a variável produção de madeira (em dúzias), cuja amplitude é de 79 (valor máximo de 80 e mínimo de um). Montando-se a tabela de freqüências para esta variável com base em intervalos decenais, descobre-se uma distribuição extremamente desigual, com mais de 50 por cento dos produtores alocados na primeira classe, que compreende uma a 10 dúzias (gráfico 1). Isto revela um padrão produtivo bastante disperso, com muitos agentes contribuindo com “miudezas”.

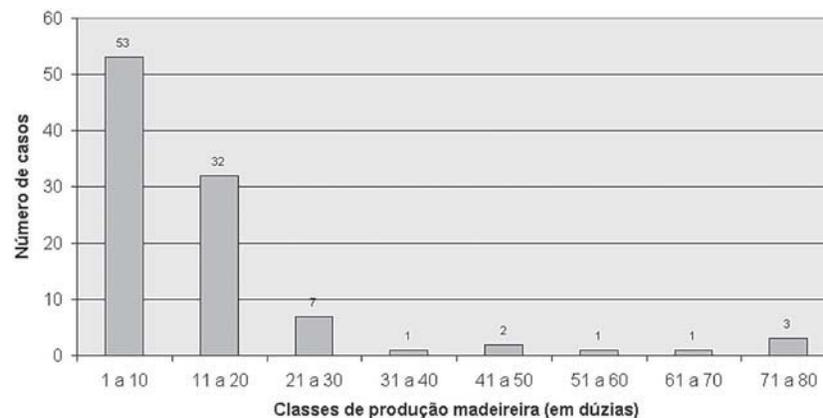


Gráfico 1. Distribuição de freqüências para a variável produção madeireira, por unidades familiares

Fonte: *Relação dos Engenhos, das Fabricas...*, op. cit.

Destrinchemos o quadro. Minha idéia foi comparar a estrutura do quadro total de unidades domiciliares (1.077) do distrito com a estrutura do subgrupo de unidades domiciliares produtoras de

madeira (100), procurando-se identificar as características particulares deste último conjunto. Esta descrição será feita setorialmente, acatando a divisão sócio-profissional apresentada no documento: fábricas de arroz (2), olarias (10), engenhos de açúcar (27), oficiais de diferentes ofícios (30), serradores (55), taverneiros (66), fábricas de farinha (238) e lavradores (649). Desprezando-se as categorias menos numerosas e/ou não agrícolas, chegamos a um universo de 914 domicílios, com a seguinte distribuição: 71 por cento de lavradores, 26 por cento de fabricantes de farinha e 3 por cento de senhores de engenho. Acompanhem, então, as distribuições dentro das classes quantitativas de produção madeireira, procurando descobrir em que medida varia a proporção acima identificada.

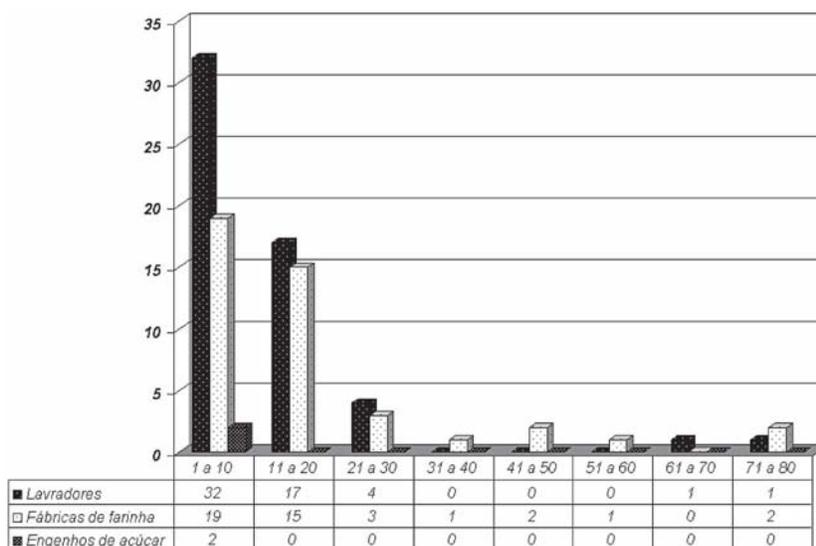
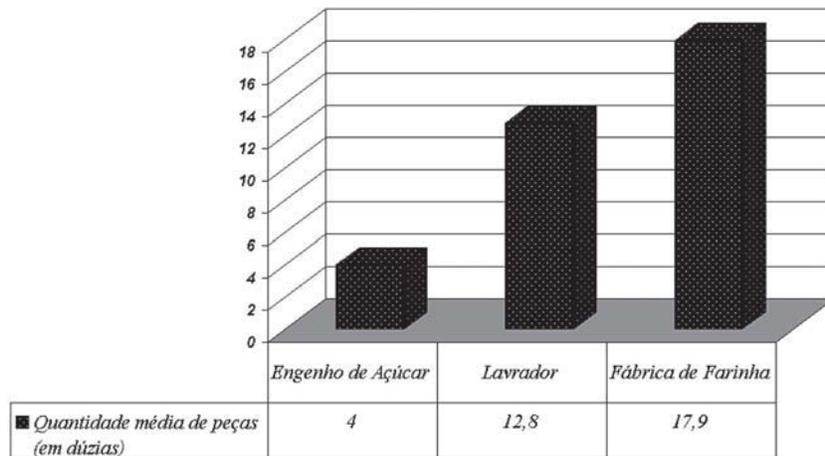


Gráfico 2. Cruzamento entre classes profissionais e classes de produção madeireira
 Fonte: *Relação dos Engenhos, das Fabricas...*, op. cit. Essa predominância das fábricas de farinha na indústria da madeira é confirmada pelas produções médias de cada classe. Cada engenho de açúcar engajado na atividade produzia, em média, 4,0 dúzias de peças de madeira; cada lavrador, por sua vez, 12,8 dúzias; e cada fábrica de farinha, 17,9 dúzias (gráfico 3.3).

Observando o Gráfico 2, percebe-se que a tendência da proporção global mantém-se apenas para a primeira classe, com 60,4% de lavradores, 35,8% de farinha e 3,8% de engenhos. Já na segunda classe, o número de lavradores e fabricantes de farinha quase se iguala (17 contra 15), algo que ocorre também na terceira classe (4 contra 3). Nas demais classes, com exceção da sétima, prevalece o número de fabricantes de farinha. Isto significa que os farinha predominavam na indústria madeireira de maior escala: apenas seis deles fabricaram, juntos, quase 30% da produção madeireira total do distrito, em 1797.



Quadro 3. Quantidade média de peças fabricadas por unidade por unidade de classe sócio-profissional

Fonte: *Relação dos Engenhos, das Fabricas...*, op. cit.

Detenhamo-nos um pouco nas categorias dessa classificação sócio-profissional, começando com as fábricas de farinha. Assim como o açúcar, a farinha de mandioca precisava, para o seu preparo, de todo um sistema de aparelhamento que, embora fosse bem menos dispendioso do que o complexo manufatureiro do engenho, não deixava por isso de produzir diferenciações entre

os agricultores no que tange à possibilidade de beneficiamento⁸³ — como acontecia com os senhores de engenho e os chamados “lavradores de partido”, no caso da cana. Depois de arrancado do solo, o tubérculo devia ser levado à casa de farinha (ou atafona, ou trem de farinha, ou farinhada, de acordo com a terminologia popular regional), geralmente um galpão de pau-a-pique onde se encontrava todo o instrumental necessário à feitura da farinha: peneiras (urupemas), tachos, gamelas, cevadeiras, a prensa (tipiti), o rodo e o forno de barro. Todo o processo de preparação da farinha era feito dentro dessa casa, de onde ela saía pronta para o consumo⁸⁴.

Era de se esperar que as classes produtivas mais elevadas fossem preenchidas por fabricantes de farinha, indivíduos e famílias mais abastadas e com maior potencial de investimento. De acordo com a lista, a grande maioria (77%) dos fabricantes de farinha engajados na indústria madeireira tocavam suas atividades em terras próprias, cujas dimensões variavam entre 0,076 e 3,6 km². Além da mandioca, essas terras estavam geralmente cultivadas com arroz, feijão e milho, em ordem decrescente de frequência e importância; nenhuma unidade domiciliar, todavia, produziu aguardente e apenas uma produziu açúcar, na mísera quantidade de 31 arrobas, o que mostra a grande especialização desse segmento da população em torno da agricultura de alimentos básicos.

Com exceção de um, todos os fabricantes de farinha produtores de madeira possuíam escravos. Seguindo a classificação usada por Fragoso e Florentino⁸⁵, 15 farinheiros eram pequenos proprietários, 16 eram médios proprietários e 11 eram grandes proprietários, sendo que a média aritmética para o tamanho do plantel é de 17 cativos.

⁸⁴ Em seu estudo sobre a região campista, Sheila Faria notou que a separação física das casas de farinha da casa de morada propriamente dita começou a se generalizar na segunda metade do século XVIII. Cf. FARIA, S., op. cit., p. 366-7.

⁸⁵ Pequenos plantéis (1 a 9), médios plantéis (10 a 19) e grandes plantéis (mais de 20). Cf. FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M., op. cit., p. 87, gráfico 1.

A categoria *lavradores* muito pouco provavelmente referia-se — ou pelo menos não exclusivamente — aos “lavradores de cana” (ou “de partido”) aos quais fiz alusão mais acima. Primeiro porque, como já foi visto, a base natural não era das mais apropriadas para o cultivo dessa gramínea e, em segundo lugar, porque o exame de documentos congêneres de outras partes do Brasil mostra que o referido termo (“lavradores”) vinha sendo cada vez mais empregado, desde meados do setecentos, para designar os pequenos e médios agricultores, principalmente aqueles que se ocupavam de lavouras comerciais de alimentos básicos⁸⁶. Hebe de Castro identificou, em seu estudo, uma carga ideológica de auto-identificação desses indivíduos que não se reconheciam como “fazendeiros”, mas apenas como “lavradores”. Conquanto tais agentes fossem, freqüentemente, proprietários de escravos (com plantéis inferiores a 15 cativos) e até — embora mais raramente — de terras, eles apresentavam-se politicamente subordinados dentro da arena local, tendo em vista as dimensões menores de seus empreendimentos agrícolas⁸⁷.

Diferentemente dos farinheiros, a maioria dos lavradores de Santo Antônio de Sá (54,5%) trabalhava em terras alheias. Aparentemente, essa condição não influenciava de modo decisivo a capacidade produtiva de sua indústria madeireira; entre os 10 maiores fabricantes, em 1797, figuravam três lavradores, sendo que dois deles não eram proprietários de terras. Todavia, quando nos preocupamos em identificar quem eram estes atores, outro elemento explicativo vem à tona — os laços parentais. O segundo maior lavrador-madeireiro, responsável pela produção de 64 dúzias de peças, era o já mencionado José de Amorim Lima, isto é, um dos irmãos mais novos de um grande senhor de engenho local e administrador do corte naval daquela área. Além disso, José, assim como seu irmão Francisco (outro lavrador-madeireiro, embora

⁸⁶ CASTRO, H., op. cit., pp. 36-7; BACELLAR, Carlos de Almeida P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 129-37; SAMARA, E., op. cit., p. 154-61.

⁸⁷ CASTRO, H., op. cit., p. 37.

de menor porte) também eram oficiais de ordenança: o primeiro era tenente e o segundo, capitão. Métodos de análise micro-histórica (principalmente a demografia da reconstrução familiar) certamente demonstrariam associações de parentesco como essas (fossem elas sanguíneas ou fictícias) entre os demais agricultores-madeireiros sem propriedade fundiária e homens poderosos no cenário local.

Quanto à posse de escravos, também o perfil dos lavradores diferenciava-se consideravelmente daquele referente aos fabricantes de farinha. Dos 55 domicílios, nove não tinham acesso a nenhum cativo. Dentre estes 46 lavradores donos de escravos, não havia nenhum grande proprietário: 37 tinham pequenos e nove tinham médios plantéis. A média aritmética é de 4,8 cativos por lavrador.

Independentemente de possuírem ou não casa de farinha, farinha ou lavradores, privilegiavam a cultura da mandioca. Esta tem uma propriedade ecológica bastante conveniente para a combinação com atividades secundárias esporádicas e aleatórias, isto é, que exigissem transferência da força de trabalho da faina agrícola. Apesar de não ser uma cultura permanente, a mandioca, como tubérculo que é, possui a capacidade de permanecer até dois anos sem ser colhida; ela pode, portanto, ser literalmente armazenada no solo, propiciando ao produtor a alternativa de postergar a colheita em caso de valorização de algum bem extrativo, por exemplo.

Pode ser argumentado, portanto, que o que diferenciava farinha e lavradores nos seus respectivos graus de engajamento na indústria madeireira era a margem de manobra econômica expressa em termos de propriedade fundiária e escravaria. Deve-se notar, não sem efeito, que esta conclusão está baseada na premissa de que a produção agrícola é a “variável independente” e a produção madeireira é a “variável dependente” — algo que assumi mais acima quando falei em atividades “centrais” em contraposição às “acessórias”. Ao mesmo tempo que constituem ferramentas fundamentais da pesquisa, as pressuposições são perigosas facas de dois gumes: podem engessar o pensamento e levar

a conclusões simplesmente ilustrativas da teoria pré-concebida. Por isso, acho que o importante não é, propriamente, abster-se do pressuposto, mas trabalhar com suas alternativas. No presente caso, por conseguinte, não deveríamos considerar a possibilidade de a produção madeireira ser o indicador mais importante do sistema? Estou pensando não tanto em termos de uma variável “independente” — pelo menos não no sentido mais estrito do termo — mas sim como uma variável que revele uma relação cuja causabilidade tenha uma certa precedência sobre as outras, qual seja, a relação sócio-espacial entre o rurícola e a mata primária. Supondo que o nível de exploração madeireira indique acessibilidade a esse recurso, então poderíamos imaginar um quadro no qual o extrativismo (auto-consumista e mercantil) é que propiciasse uma maior produção agro-industrial (farinha de mandioca) — e não o contrário. Para desenvolver essa hipótese, irei valer-me do modelo de sítio camponês descrito por Ellen Woortmann⁸⁸.

Esta antropóloga identificou, no campesinato sergipano, duas modalidades de organização espacial da unidade produtiva diferenciadas pela disponibilidade de mata primária. Enquanto este recurso era abundante e acessível, mantinha-se, além da produção da mandioca propriamente dita, o aparato manufatureiro para beneficiá-la — a casa de farinha. Da floresta virgem e/ou da capoeira grossa é que se extraía a madeira necessária para a construção da casa e dos seus equipamentos (prensa, rodete, cocho etc.). Portanto, a redução do estoque florestal acarretava na diminuição não apenas da lavoura mandiocueira, pois restringia a área total cultivável — obrigando a um pousio cada vez mais curto”, mas eliminava, concomitantemente, a disponibilidade de madeira para a construção de novas casas de farinha ou mesmo para o reparo das instalações antigas.

A evolução da primeira para a segunda situação seria acionada, preponderantemente, pelo avanço da propriedade privada sobre as terras comunais efetuada pelos grandes criadores de gado

⁸⁸ WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. *Anuário Antropológico*, v. 81, 1983, p. 164-203.

da região. Isto quer dizer que a variável central era, na verdade, o *acesso jurídico às matas*.

No caso da Bacia do Macacu de finais do setecentos, este acesso era determinado, em grande escala, pelas relações estabelecidas entre proprietários fundiários e não-proprietários⁸⁹. Neste sentido, o primeiro modelo de Woortmann poderia ser identificado aos fabricantes de farinha de Santo Antônio de Sá e o segundo, aos lavradores de mandioca. Já vimos que os farinheiros tendiam a trabalhar em terras próprias, ao contrário dos lavradores. Esta diferenciação é reforçada quando olhamos para a ocorrência de agregados no conjunto das duas classes: enquanto 67,4% dos farinheiros “abrigava” pelo menos um indivíduo ou família despossuída em suas terras, apenas 34,5% dos lavradores faziam o mesmo, ou seja, a metade. A média aritmética (número total de agregados dividido pelo número total de domicílios) também confirma esse resultado, embora com menos intensidade (1,6 para os farinheiros e 1,0 para os lavradores). Isto pode ser explicado pela escala do universo sócio-econômico de que aqui se trata — com efeito, para esses estratos rurais médios, arrendar uma única parcela de terreno significava muito em relação aos grandes senhores de engenho, por exemplo.

O efeito desse fenômeno provavelmente se faz sentir na própria estrutura da documentação analisada. É possível imaginarmos que toda ou alguma parte da produção madeireira de um lavrador que vivesse como agregado fosse contabilizada, na lista nominativa, como proveniente da unidade domiciliar cujo respondente fosse o fabricante de farinha que o abrigava — embora aquele lavrador fosse, de toda maneira, rubricado como habitante do distrito e tivesse uma “linha” só sua. Isto devia ser mais difícil de acontecer, porém, quando o agregado fosse alguém que gozasse

⁸⁹ Utilizo aqui o termo “não-proprietários” para designar todos os indivíduos ou famílias que se encontravam assentadas e produzindo economicamente em terras que lhes não pertenciam juridicamente. Teoricamente, seriam “foreiros” ou “arrendatários”, mas evitei empregar esses termos visto que não posso comprovar documentalmente tais associações.

de prestígio social e/ou estivesse inserido dentro de redes parentais, como os dois irmãos de Antônio de Amorim Lima.

Para finalizar esta seção, cabe uma reavaliação da tese de que lancei mão em artigos anteriores. Um dos sub-títulos que usei, num desses textos, foi “Madeireiros por (falta de) opção”⁹⁰. O aprofundamento de minhas análises e, principalmente, a familiarização com a historiografia agrária mais recente indicam que se deve suprimir as palavras entre parênteses. Subjacente à teoria de que o extrativismo madeireiro constituía-se como uma prática econômica *necessária*, estava uma visão simplista e ingênua da sociedade rural de outrora.

Os produtores de madeira macacuanos, conforme se pôde notar nesta última parte do texto, não eram, em sua maioria, guiados por uma estreita “ética de subsistência”, conceito de J. Scott evocado por Miller para fazer alusão aos pobres livres exploradores dos recursos dos manguezais⁹¹. Isto ocorre não apenas porque muitos deles tinham escravos e terras (em quantidades nada desprezíveis) ou mesmo porque produziam excedentes, na maioria das vezes, mas também porque a própria mentalidade econômica geral da colônia girava em torno da idéia de troca e enriquecimento — que não estava, contudo, ligada a uma noção de reprodução ampliada mas, sim, de ostentação. Os trabalhadores livres empregados pelos madeireiros (e aí incluo os agregados mais pobres), estes sim, talvez fossem orientados por uma ideologia de auto-subsistência, muitas vezes identificada pelos observadores coetâneos a uma atitude preguiçosa e indolente⁹². Mas este não era, ao que tudo indica, o caso dos farinheiros e de uma parte substancial dos lavradores que se engajavam no extrativismo madeireiro, na Bacia do Macacu. Neste sentido, cabe ressaltar que, se o “cultivo da mandioca [...], para a maioria dos produtores, não permitia um retorno além da mera subsistência”, conforme subli-

⁹⁰ CABRAL, D., *Madeireiros do Brasil colonial*, p. 19.

⁹¹ MILLER, S.W., *Stilt-root subsistence*, p. 242.

⁹² *Idem*, *ibidem*, pp. 224 e 242.

nhou Russell-Wood⁹³, esta atividade podia ser complementada, de forma muito bem sucedida por atividades secundárias, desmistificando, desta maneira, a imagem frequentemente veiculada dos roceiros como “mendigos rurais”.

Considerações finais

A sociedade brasileira nasceu e se desenvolveu no denso meio florestal. Os autores clássicos gostavam da imagem romântica da “luta” do homem contra o sertão florestal, a subjugação das forças selvagens da natureza inculta pela civilização, influência indelével do modelo de *fronteira* de F. J. Turner⁹⁴. Já os autores contemporâneos, como Warreu Dean, influenciados pelo pensamento ambientalista, acabaram por inverter a polaridade do virtuosismo, tendendo a descrever a ocupação do espaço florestal como um processo de depredação *tout court*, no qual a simples presença do homem é vista como elemento maculador de uma pureza e de uma harmonia supostamente intrínsecas a uma natureza quase sacralizada⁹⁵.

Concordo inteiramente com Regina H. Duarte quanto à improbabilidade de a história da sociedade brasileira ser o mero desenrolar de um processo linear e crescente de destruição florestal⁹⁶. Prefiro, neste sentido, pensar que a Mata Atlântica foi o principal baluarte físico-geográfico da formação colonial, fornecendo, ao longo de mais de três séculos, a maior parte da matéria-bruta utilizada no empreendimento ultramarino português. E essa matéria-bruta não se restringiu ao solo usurpado a ferro e fogo da floresta. Como toda apropriação é multiforme, como toda paisagem natural

⁹³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 97.

⁹⁴ Um bom exemplo pode ser encontrado em RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da 'bandeira' na formação social e política do Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

⁹⁵ DEAN, *A ferro e fogo*, p. 24.

⁹⁶ DUARTE, Regina H. Por um Pensamento Ambiental Histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, v.41 (2), 2004, p. 151.

pode ser *recursalizada*, simultaneamente, de diversas formas, supondo, no mínimo, um tipo de uso para cada elemento natural disponível, a floresta foi derrubada e queimada, sim — afinal, para morar *na* floresta, o homem necessariamente a remove —, mas também cultivada, drenada, caçada, estradada, *madeirada*. Tal como nas xilogravuras, a madeira imprimia a sua marca na sociedade luso-brasileira; ela era, por assim dizer, uma matriz biofísica fundamental da vida cotidiana — “madeira matriz”. Na “Idade da Madeira” colonial, se os machados parassem de gingar, as moendas parariam de espremer, os pilões parariam de esmagar, as colheres parariam de revolver, os tamancos parariam de tilintar, as canoas parariam de flutuar, o homem, em suma, pararia de *habitar*.

Visto tudo isso, que validade terá a clássica e elegante formulação de P. Deffontaines — “a riqueza botânica da floresta brasileira é uma pobreza econômica?”⁹⁷ Desde que se atribua ao adjetivo *econômico* a acepção substantiva que lhe deu Karl Polanyi⁹⁸, entendo que nenhuma. Certo, Deffontaines era um típico geógrafo de campo, daqueles cujas botas enlameadas nem mesmo lhe permitiriam adentrar um arquivo minimamente asseado; suas inferências históricas são, por conseqüência, extremamente conjecturais. Malgrado todo o esforço em sentido contrário — a profissão de fé possibilista —, penso que a total ausência de pesquisa arquivístico-documental acabou deixando espaço para uma boa dose de pré-determinação naturalista — a qual, façamos justiça, não aparece apenas nos escritos do mestre francês, mas em quase todas as considerações que os geógrafos teceram sobre a indústria extrativista madeireira no Brasil. Emblemática, nesse sentido, é a afirmação de Dora Romariz: “Embora existam áreas florestais em várias outras regiões do Brasil é no sul que vamos encontrar maior desenvolvimento da indústria madeireira, graças

⁹⁷ DEFFONTAINES, P., A floresta a serviço do homem no Brasil, p. 567.

⁹⁸ POLANYI, Karl. The economy as instituted process. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (eds.). *The sociology of economic life*. Boulder: Westview Press, 1992, p. 29.

à presença das matas de araucária que, pelo seu caráter mais uniforme, permitem uma exploração regular de seus elementos”⁹⁹. Lindalvo Bezerra Santos é ainda mais categórico: “Os pinheirais são as únicas florestas no Brasil exploradas economicamente, quanto à produção de madeira em larga escala [...]”¹⁰⁰.

Em termos de uma historiografia mais refinada, é esta, afinal de contas, também a conclusão de Miller, pautada sobre sua teoria do entrave estatal. Mas a qual referencial dever-nos-íamos atrelar para estabelecer se uma determinada produção madeireira é ou não de “larga escala”? O mercado internacional? Não seria ele um parâmetro demasiadamente economicista, além de historicamente negligente? Acredito que a aferição do nível de desenvolvimento da atividade madeireira deva ser perpassada por um *relativismo ambiental* que garanta a comparabilidade dos quadros empíricos constatados. Desde Julian Steward, o pai-fundador da “ecologia cultural”, os antropólogos não cansam de nos advertir sobre a temeridade de comparar traços da cultura material isolados do seu contexto mais amplo, incluindo o meio físico-ecológico. Para evitar essa armadilha, Fredrik Barth sugeriu que se assumisse

[...] um ponto de vista que não confunda os efeitos das circunstâncias ecológicas sobre o comportamento com os efeitos da tradição cultural, tornando possível a separação desses fatores e a investigação dos componentes culturais e sociais não-ecológicos que agem no sentido da criação de diversidade.¹⁰¹

Ora, colocar em prática a estratégia de observação defendida por Barth passa, obrigatoriamente, pelo “isolamento” de certas variáveis ecológicas essenciais. A história da indústria madeireira,

⁹⁹ ROMARIZ, Dora de A. Serraria. In: *Tipos e aspectos do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1970, p. 429.

¹⁰⁰ SANTOS, Lindalvo Bezerra. Pinhal. In: *Tipos e aspectos do Brasil*, p. 424.

¹⁰¹ BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 31.

como história social e comparada, deve ser pesquisada contra o pano de fundo dos diversos domínios florísticos (floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista, floresta estacional decídua etc.) que são, afinal de contas, balizadores fundamentais das possibilidades de transformação da matéria lenhosa bruta em recursos madeireiros, processo no bojo do qual foram geradas formas e tipos culturais particulares. É necessário, doravante, um maior volume de estudos empíricos locais-regionais, em diferentes biomas e ecorregiões, para que a questão econômico-ecológica da simbiose agricultura-extrativismo madeireiro seja melhor elucidada.